

ALÉM DO NACIONAL: DESAFIOS E CONQUISTAS NA ESTIMAÇÃO DO PIB REGIONAL NO BRASIL¹

Bruno de Oliveira Cruz²
Giliad de Souza Silva³
Lucas Rodrigues⁴

SINOPSE

O Brasil conta hoje com um sistema sólido de informações e agregados econômicos em nível regional, graças a um esforço de cooperação e construção de rede no chamado Sistema de Contas Regionais, capitaneado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e órgãos estaduais de estatística. Este artigo discute de forma breve como essa construção possibilitou a ampliação de pesquisas na temática regional, e também destaca o papel do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) nessa construção do planejamento regional. Há, contudo, desafios a serem enfrentados, e a utilização de registros administrativos como as notas fiscais parece ser promissora para enriquecer as estatísticas e ampliar a capacidade de conhecimento da dinâmica local. Este estudo destaca essas possibilidades de consolidação e ampliação dessa temática.

Palavras-chave: contas regionais; notas fiscais eletrônicas; matriz de insumo-produto.

1 CONTAS REGIONAIS NO BRASIL: A HISTÓRIA DE SUCESSO E OS DESAFIOS DO PRESENTE

Este ensaio tem o duplo objetivo de elucidar como o sistema de planejamento do Brasil, e em especial o planejamento regional, pôde ser beneficiado pela existência de um sistema unificado e com metodologia comum e destacar desafios de ampliação do escopo das contas regionais e pesquisas desenvolvidas pela Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dirur/Ipea) sobre esses temas.

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/brua30art9>

2. Técnico de planejamento e pesquisa e coordenador de desenvolvimento regional na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dirur/Ipea).

3. Professor de economia e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (PPGPAM/Unifesspa) e coordenador do Laboratório de Contas Regionais da Amazônia (Lacam)/Unifesspa. *E-mail:* giliad.souza@unifesspa.edu.br.

4. Professor de economia da Unifesspa e pesquisador do Lacam/Unifesspa. *E-mail:* lucas.rodrigues@unifesspa.edu.br.

Os indicadores de contas nacionais são um dos principais termômetros para mensuração da atividade econômica. Eles são utilizados como norteador para políticas macroeconômicas de curto prazo como a política fiscal, monetária e cambial e influenciam as perspectivas futuras de desenvolvimento de longo prazo. Apesar disso, o produto interno bruto (PIB) e o sistema de contas são conceitos abstratos, derivados de um esforço metodológico intenso em especial nos anos 1930 e 1940, do século passado. Coyle (2014) lembra uma famosa passagem de Richard Stone⁵ ressaltando que a medida de PIB e renda é conceito derivado de uma série de postulados, que irão se basear em estatísticas primárias. Foi preciso construir todo um sistema de conceitos e uma abstração do funcionamento da economia para se chegar a um sistema de contas nacionais, juntamente com um sólido conjunto de estatísticas primárias. A possibilidade de se fazer planejamento também foi expandida enormemente com o desenvolvimento das contas nacionais e demais derivações, como as contas regionais e contas-satélites.⁶

Não é de causar surpresa que a necessidade de se planejar e orientar as economias para o esforço de guerra nos anos 1930 e 1940 tenha dado impulso à reformulação das estatísticas econômicas e à construção dos sistemas de contas nacionais. O planejamento carecia de dados confiáveis para mensurar a atividade econômica. Para citar alguns exemplos, Keynes (1940), em seu famoso ensaio *How to Pay for the War*, já delineava os principais conceitos das contas nacionais e necessidade de se refinar os agregados macroeconômicos. Ao mesmo tempo, nos Estados Unidos, Leontief (1941) construía um engenhoso sistema de relações intersetoriais para a economia americana, também com o intuito de auxiliar no planejamento e esforço de guerra. No grupo de pesquisa do tesouro britânico, Richard Stone e James Meade ajudam a construir e desenvolver conceitos e manuais, e esforço semelhante é feito nos Estados Unidos e demais países da Europa, como Holanda, Alemanha e União Soviética. No pós-guerra, Richard Stone chefiava uma grande equipe que consolida todas essas ideias num primeiro manual de contas nacionais, em 1947.

O Brasil não fica alheio a esses esforços. A necessidade de se construir e planejar ações para o desenvolvimento do país enfrenta a mesma dificuldade de ausência de dados consistentes, calculados com metodologias e fontes robustas e confiáveis. A Fundação Getúlio Vargas (FGV), nos anos 1940, assume então a missão de calcular as contas nacionais do Brasil. Isaac Kerstenetzky, economista da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com especialização em Haia, orientado por Jan Tinbergen, é designado para construir o sistema brasileiro de contas nacionais. O país, então, passa a se adequar aos diversos manuais que, a partir do esforço de Richard Stone, passaram a ser divulgados pela ONU. Contudo, conforme destaca Simonsen (1991, p. 339), em seu emocionado obituário a Isaac Kerstenetzky:

5. Os grandes pesquisadores e pessoas que desenvolveram o sistema de contas nacionais ganharam o prêmio Nobel em economia: Wassily Leontief, Simon Kuznets, James Meade e Richard Stone.

6. Existe intenso debate sobre as contas nacionais: as dificuldades de inserção de variáveis de preservação ambiental, a crescente participação do setor de serviços e as dificuldades das atuais metodologias em medir de forma mais acurada níveis de bem-estar. Essa discussão está além dos objetivos desse ensaio, mas o leitor interessado pode consultar Coyle (2014) ou a consolidação da discussão coordenada pela chamada Comissão Stiglitz-Sen-Fitoussi (Stiglitz, Fitoussi e Durand, 2018). Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) foram um esforço coordenado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para tentar acordar melhorias de bem-estar, com metas explícitas de longo prazo para países. O Ipea chegou a fazer conjuntamente com outras instituições esforço para regionalizar os ODMs. Esta também é outra área desafiadora para os planejadores regionais, isto é, conseguir descer em escala subnacional a ampla gama de indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

do ponto de vista teórico, a contabilidade nacional nada mais era do que um conjunto de tautologias, e tanto podia ser expressa por um sistema de contas nacionais na linha de Richard Stone, como por uma matriz de relações interindustriais à Leontief, por um sistema de fluxo de fundos, ou por um conjunto de balanços nacionais. O problema não era entender a teoria da contabilidade nacional nas suas linhas gerais, nem a equivalência dos vários modelos de apresentação, mas obter as estatísticas primárias indispensáveis para se construir um sistema confiável de contas sociais.

Diante de tais dificuldades, em 1970, Isaac Kerstenetzky é convidado por João Paulo dos Reis Veloso, então no Ministério do Planejamento, para assumir o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir de então, o IBGE consegue construir as matrizes insumo-produto do Brasil, enquanto a FGV continua a ser a instituição oficial para calcular as contas nacionais. No entanto, as estimativas de PIB implícitas nas matrizes insumo-produto ficam incompatíveis com os dados oficiais da FGV. Assim, em meados da década de 1980, o IBGE assume oficialmente o cálculo do PIB e do sistema de contas nacionais no Brasil. A partir do novo manual de contas nacionais da ONU – System of National Accounts (SNA) de 1993 – e auxílio importante do Institut National de la Statistique et des Études Économiques (Insee), instituto de estatística da França, o IBGE compatibiliza as informações de insumo-produto e contas nacionais e consegue facilmente se adaptar aos padrões internacionais (Hallak Neto e Forte, 2016).

Apesar dessa consolidação das estatísticas do sistema de contas nacionais, nos anos 1990, em termos regionais, as estimativas quinquenais produzidas pela FGV são descontinuadas e esforços de Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística (IPES), em nível subnacional, preenchem a lacuna. Contudo, tais estimativas careciam de uniformidade metodológica e fontes primárias unificadas, com periodicidade comum (Silva *et al.*, 1996).

No início dos anos 1990, o recorte regional foi marcado por essa ausência de estatísticas comparáveis e metodologia unificada. Silva *et al.* (1996) publicam então estudo feito em parceria com diversos órgãos para cálculo do PIB para as Unidades da Federação (UFs) brasileiras. Em 1996, o IBGE inicia o esforço para a construção do Sistema de Contas Nacionais (SCN) por UFs, em parceria com os órgãos estaduais. O Ipea, e em especial a Dirur, é convidado a participar desse esforço inicial, dada a *expertise* de sua diretoria na regionalização do gasto público federal (Galvão, Rodriguez e Zackseski, 1997).

Assim, a partir de 1999, o IBGE consegue publicar a série do PIB pela ótica da produção de 1985 a 1997 para todas as UFs do Brasil. O grande avanço obtido foi aplicar a metodologia do SCN, em consonância com os manuais da ONU. Deste modo, as séries possuem metodologia única, comparável ao longo do tempo e entre diferentes UFs. O Sistema de Contas Regionais consegue também ampliar a escala territorial, chegando em nível de municípios. A partir da revisão da sua metodologia para adequação ao SNA de 2008 (UN, 2010), o IBGE publica em 2015 o PIB pela ótica da renda em nível estadual. O Brasil conta hoje com dados confiáveis para as unidades subnacionais.

Os dados das contas regionais são exaustivamente utilizados desde em estudos de convergência de renda até em tipologias socioeconômicas. Os dados do Sistema de Contas

Regionais e as séries históricas disponíveis foram também exaustivamente utilizados em publicações da Dirur. Destacam-se, a seguir, algumas linhas de pesquisas derivadas destes dados.⁷

- 1) Análise de desigualdades regionais: pela cobertura municipal dos dados, é possível analisar a desigualdade não somente em nível de regiões, mas também dentro delas. Esta linha de pesquisa foi bastante difundida na Dirur, e estes esforços também fizeram parte deste boletim nos últimos anos (Monteiro Neto, 2014; Resende, 2014).
- 2) Evolução histórica da dinâmica regional: houve uma profusão de artigos analisando a evolução dos agregados econômicos em termos territoriais. Estudos têm mostrado de alguma maneira convergência de renda entre estados e em menor medida entre municípios ou microrregiões (Magalhães e Alves, 2021). Igualmente alguns estudos têm destacado a convergência de outros indicadores sociais como longevidade e educação, sendo que estes têm convergido mais rapidamente que a renda (Magalhães e Miranda, 2005). Oliveira e Rodrigues Júnior (2011) fazem uma revisão de diversos trabalhos sobre convergência de renda no Brasil, trabalhos estes impossíveis de serem realizados sem uma base sólida de informações.
- 3) Proposição de políticas e tipologias: outra utilização dos indicadores de contas regionais foi como parâmetro para a criação de tipologias em diversas escalas ou critérios para políticas de desenvolvimento e transferências federativas. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), espelhada na Política de Coesão Territorial Europeia, utilizou o critério de regiões foco da Comissão Europeia. Microrregiões com menos 75% do PIB *per capita* nacional estariam entre as regiões foco da política. A PNDR utilizou-se fortemente dos dados do Sistema de Contas Regionais para definir a área de atuação em nível de microrregião. O Fundo de Participação de Estados (FPE) também utilizou as medidas de PIB para repartição de fundos, assim como a análise da rede urbana e a caracterização da hierarquia das cidades tiveram o PIB e os dados setoriais como base para classificação dos municípios e de sua área de influência (Motta e Mata, 2008).
- 4) Avaliação de políticas: os dados de contas regionais têm sido utilizados como um dos critérios para avaliação de impacto das políticas regionais explícitas. A avaliação de possíveis transbordamentos da ação da PNDR e outros instrumentos de política regional fez uso desses dados (Resende, 2014; 2017). Outra linha nesse sentido de avaliação de impacto de políticas é a análise de custo fiscal para a criação de novos estados, em que o PIB estadual é utilizado como comparativo do custo estimado destes novos estados (Boueri, 2008).
- 5) Análise da composição e transformação estrutural em nível territorial: a possibilidade de se estudar a composição setorial em diversas escalas territoriais também foi aproveitada em análises publicadas no *Boletim Regional, Urbano e Ambiental* e em pesquisas da Dirur. Isso inclui desde estudos sobre a desindustrialização no Brasil assim como a composição setorial e sua distribuição territorial (Romanatto, Arriel e Silva, 2014; Monteiro Neto, Silva e Severian, 2020; Freitas, 2021).
- 6) Análises prospectivas: os dados das contas regionais também permitiram extrapolações e análises prospectivas. Cruz e Queiroz (2015) utilizam dados de matrizes insumo-produto nacional para simular impactos de investimentos federais no território. Outra análise prospectiva pode ser encontrada na adaptação de modelo do International Futures (IFs) para estados brasileiros que permitiu que Oliveira e Cruz (2020) fizessem a análise prospectiva de impactos de melhoria de produtividade

7. Devido à limitação de espaço e por não ser o escopo deste artigo, apenas algumas referências são citadas, apenas a título de exemplo de pesquisas realizadas na Dirur, a partir da disponibilidade das contas regionais.

para estados do Nordeste. Ainda como referência de análise prospectiva, Cruz (2014) calcula a taxa de crescimento das UFs no Brasil e o tempo necessário para se atingir o valor limite de 75% do PIB *per capita* nacional de estados menos desenvolvidos do Brasil. O autor mostra que a região Nordeste, mesmo tendo crescido acima da média nacional nos anos 2000, demoraria cinquenta anos para conseguir atingir esse nível, e estados como Maranhão, Ceará e Alagoas levariam ainda mais tempo para atingir esse limite.

Desse modo, a existência desse sistema confiável e comparável, construído a partir de uma rede de instituições, é uma notável conquista do sistema de planejamento brasileiro. No entanto, quase trinta anos após a construção desse sistema, muitos desafios ainda estão presentes no que se refere à ampliação desse sistema. Um primeiro desafio é o de se construir o PIB pela ótica da despesa. Como no início dos anos 1990, a ausência de informações, agora de dados do PIB pela ótica da despesa, tem estimulado algumas iniciativas estaduais para este cálculo. O acesso a uma rica base de dados de registros administrativos, que são as notas fiscais eletrônicas, por parte das instituições estaduais, tem possibilitado a estimativa de dados do PIB pela ótica da despesa e até a construção de tabelas de recursos e usos em nível estadual.

Ademais, o sistema de contas, como ressaltado por Simonsen (1991), tem duas abordagens complementares: a proposta de Richard Stone e aquela que detalha as relações intersetoriais desenvolvidas por Wassily Leontief. Essa segunda abordagem também está ausente nas estatísticas regionais oficiais do IBGE e do Sistema de Contas Regionais. Um terceiro desafio para os órgãos oficiais de estatística é a defasagem de dois anos para divulgação dos dados de contas regionais. Esta defasagem se justifica pela necessidade de se ter disponível estatísticas econômicas definitivas e as pesquisas setoriais econômicas do IBGE consolidadas. No entanto, alguns estados têm utilizado bases das secretarias de fazenda e outros registros para gerar estimativas de PIBs trimestrais. Estas auxiliam sobremaneira a análise conjuntural do desempenho dos estados.

Um possível esforço do atual Sistema de Contas Regionais seria o de usar as atuais pesquisas conjunturais do IBGE, ainda que em caráter experimental, para calcular dados de PIB trimestrais em nível de região no Brasil.⁸ Esse refinamento de estatísticas conjunturais é extremamente importante para a análise regional. Note, por exemplo, que o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 tem estabelecido metas para os objetivos estratégicos, no recorte regional. Uma destas metas é a razão do PIB *per capita* regional e o PIB *per capita* nacional. A escolha deste indicador mostra, por um lado, a credibilidade do sistema, mas, por outro lado, a defasagem na divulgação dos dados dificultará o monitoramento do PPA nos próximos anos. Certamente, serão utilizadas *proxies* para cobrir a defasagem nos dados. Assim, é bastante desejável pensar alternativas para as estatísticas oficiais primárias não disponíveis, reduzindo a distância entre a divulgação dos dados e a data efetiva da estatística.

Existem iniciativas estaduais, uma delas é produzida para o estado do Pará. Utilizando notas fiscais eletrônicas foram construídos o PIB pela ótica da despesa, a tabela de recursos e usos e as matrizes insumo-produto. Há que se ressaltar que, em 2008, o Ipea, em especial a Dirur, tentou coordenar esforços com os órgãos estaduais de estatística para estimar as matrizes insumo-produto com metodologia comparável, porém dificuldades de acesso às notas fiscais e outras fontes oficiais impediram um avanço maior.

8. O IBGE, com os institutos estaduais, realizou esforços no sentido de estimar tabela de recursos e usos em nível de estado, que foi publicada como estatística experimental (IBGE, 2020).

Atualmente, há um crescente consenso sobre a importância dos usos desses registros para auxiliar na construção de dados críveis e sólidos para aplicação no planejamento brasileiro. Deve-se, contudo, buscar uma unificação de metodologias e compartilhamento dos conhecimentos acumulados de modo a enriquecer e fortalecer ainda mais o Sistema de Contas Regionais no Brasil. Da parte do Ipea e em especial da Dirur, há uma disposição para, de forma colaborativa, avançarmos ainda mais nesse sentido. Nos dias atuais, o desafio posto para o sistema brasileiro é semelhante ao problema destacado por Simonsen (1991) para a década de 1970 no Brasil: a dificuldade não é entender a teoria das contas nacionais, mas, sim, a de criarmos estatísticas primárias confiáveis para a expansão do Sistema de Contas Regionais. O esforço realizado pela equipe do Lacam/Unifesspa e outras instituições estaduais mostra a pertinência dessa linha de pesquisa.

2 CONTAS REGIONAIS: NOVAS PERSPECTIVAS

O desenvolvimento de estatísticas experimentais a partir das notas fiscais eletrônicas traz a possibilidade de subsidiar as análises sobre atividades econômicas e pode servir como elemento para estimação de instrumentos de contas regionais, assim como possibilita o entendimento das redes de relações e estruturas de dependência dos municípios do estado. Este último tipo de análise enriqueceria ainda mais as informações do Sistema de Contas Regionais. No primeiro ponto, permite estimar, com detalhes, os vetores de comércio interestadual, apresentando as informações referentes à importação e exportação para outras UFs. É possível, também, qualificar as estimações das matrizes de valor bruto da produção e de consumo intermediário. No campo das análises municipais, as notas fiscais permitem analisar as redes de abastecimento locais em geral e por atividade e produto. Por meio da criação de coeficientes de abastecimento e venda, é possível verificar as áreas de influência e de dependência dos municípios do estado.

Segundo IBGE (2020, p. 5),

o uso desses dados na produção de estatísticas tem papel de complementar as informações atualmente produzidas pelo IBGE e/ou substituir parcial ou totalmente a coleta de dados, visando à economia de recursos públicos e à diminuição do ônus para o contribuinte na prestação dessas informações. Outro papel importante é a possibilidade da disponibilização de maior quantidade de informações em menor tempo para a sociedade.

No entanto, essas estatísticas ainda são tratadas como experimentais, devido

ao fato de que a utilização de dados fiscais para estimar agregados macroeconômicos ainda está sob avaliação. É uma estatística que ainda se encontra em fase de testes em termos de volatilidade e capacidade de atender às necessidades dos produtores e usuários. Os dados provenientes desses registros administrativos não foram construídos para fins estatísticos e sim fiscais, sendo necessário tratamento conceitual e metodológico para adequá-los à construção de indicadores econômicos (IBGE, 2020, p. 5).

Mesmo assim, alguns estados têm empreendido esforços para ampliar o Sistema de Contas Regionais, podendo-se citar, entre outros, São Paulo, Minas Gerais, Ceará, Espírito Santo e Pará. A experiência do Lacam/Unifesspa no Pará ilustra esse tipo de pesquisa por meio de estimações do PIB pela ótica da despesa, tabela de recursos e usos regional e matrizes insumo-produto, em uma cooperação com o órgão estadual de estatística Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa) e a Secretaria de Estado da Fazenda (Silva *et al.*, 2023).

Outro uso relevante das notas fiscais eletrônicas é o possível refinamento da classificação de atividades, visto que em nível local algumas atividades têm mais relevância do que teriam em nível nacional. Culturas específicas, como o açaí no Norte, ou mesmo o detalhamento do setor extrativista, destacando algumas atividades específicas, podem ser contabilizadas e quantificadas a partir do uso da nota fiscal.

As notas fiscais também conseguem traçar o fluxo de bens e serviços entre Unidades Federativas. Abre-se, portanto, um rico campo de análise de rede e de influência de regiões. Um estudo das redes de relações e estruturas de dependência dos municípios do estado é realizado por Rodrigues (2023), mediante o tratamento das informações contidas nas notas fiscais eletrônicas. Com isso, é possível aprofundar a caracterização de aspectos que explicitam a heterogeneidade econômica da região, principalmente identificando fluxos comerciais entre núcleos urbanos, hierarquia dos núcleos urbanos e suas relações de dependência.

O Brasil conta hoje com um sistema sólido de informações e agregados econômicos em nível regional, graças a um esforço de cooperação e construção de rede no chamado Sistema de Contas Regionais, capitaneado pelo IBGE e órgãos estaduais de estatística. Há ainda, contudo, desafios a serem enfrentados, e a utilização de registros administrativos como as notas fiscais parece ser promissora para enriquecer as estatísticas e ampliar a capacidade de conhecimento da dinâmica local. O exemplo do estado do Pará e o esforço realizado pelo Lacam/Unifesspa mostram como é possível expandir o sistema e quão promissora essa abordagem pode ser.

A manipulação intensiva dos dados de contas regionais nos últimos trinta anos mostra a riqueza de aplicações e como o sistema de planejamento brasileiro pode ser enriquecido com informações sólidas e metodologicamente robustas. Os desafios postos para os próximos anos serão a consolidação de estatísticas das contas nacionais pela ótica da despesa e a divulgação de séries conjunturais para se acompanhar a evolução da dinâmica regional no Brasil.

REFERÊNCIAS

- BOUERI, R. Os custos financeiros das Unidades Federativas brasileiras e a criação de novos estados. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 1, 2008.
- COYLE, D. **GDP: a brief but affectionate history**. New Jersey: Princeton University Press, 2014.
- CRUZ, B. Dinâmica recente dos PIBs *per capita* regionais: quanto tempo para chegar em 75% do PIB *per capita* nacional? **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 9, 2014.
- CRUZ, B.; QUEIROZ, I. Efeitos encadeados no entorno de investimento realizados: uma proposta via modelo gravitacional. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 12, 2015.
- FREITAS, R. Distribuição regional do valor bruto da produção agrícola no Brasil. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 21, 2021.
- GALVÃO, A. C. F.; RODRIGUEZ, M. L. O. F.; ZACKSESKI, N. F. **Perfil regional e estadual da execução da despesa orçamentária da União (1995)**. Brasília: Ipea, 1997. (Texto para Discussão, n. 518).
- HALLAK NETO, J.; FORTE, C. O Sistema de Contas Nacionais: evolução histórica e implantação no Brasil. **Revista Econômica**, v. 18, n. 1, 2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **O investimento em bens no estado de São Paulo, com base nas notas fiscais eletrônicas 2015**: investigações experimentais. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

KEYNES, J. **How to pay for the war**. New York: Macmillan and Co., 1940.

LEONTIEF, W. **Structure of the American economy (1919-1929)**. Cambridge: Harvard University Press, 1941.

MAGALHÃES, J.; ALVES, P. Crescimento econômico nacional e desigualdades regionais no Brasil. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 25, 2021.

MAGALHÃES, J.; MIRANDA, R. **Dinâmica da renda, longevidade e educação nos municípios brasileiros**. Brasília: Ipea, 2005. (Texto para Discussão, n. 1098).

MONTEIRO NETO, A. Desigualdades regionais no Brasil: características e tendências recentes. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 9, 2014.

MONTEIRO NETO, A.; SILVA, R.; SEVERIAN, D. Região e indústria no Brasil: ainda a continuidade da “desconcentração concentrada”? **Economia e Sociedade**, v. 29, n. 2, 2020.

MOTTA, D. M. D.; MATA, D. D. Crescimento das cidades médias. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 1, 2008.

OLIVEIRA, C.; CRUZ, B. Simulando impactos regionais de choques de produtividade: o caso da região Nordeste. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 22, 2020.

OLIVEIRA, C.; RODRIGUES JÚNIOR, W. Crescimento econômico, convergência de renda e elementos espaciais. *In*: CRUZ, B. *et al.* **Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011.

RESENDE, G. **Avaliação dos impactos econômicos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste entre 2004 e 2010**. Brasília: Ipea, 2014. (Texto para Discussão, n. 1918).

_____. (Ed.). **Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)**. Brasília: Ipea, 2017.

RODRIGUES, L. Relações mercantis e hierarquias na região de Carajás: um perfil econômico a partir das notas fiscais eletrônicas do estado do Pará. *In*: MONTEIRO, M. A. (Org.). **Amazônia: a região de Carajás**. Belém: Naea, 2023. p. 341-360. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/978-85-7143-217-8.cap16>.

ROMANATTO, E.; ARRIEL, M.; SILVA, G. Aglomeração, caracterização e dinâmica setorial dos municípios do estado de Goiás em 2008: avaliação empírica e proposição de política. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 9, 2014.

SILVA, A. *et al.* **Produto interno bruto por Unidade da Federação**. Brasília: Ipea, 1996. (Texto para Discussão, n. 424).

SILVA, G. S. *et al.* **Tabelas de recursos e usos do Pará 2017**. Belém: Unifesspa; Fapespa, 2023. (Nota Técnica). Disponível em: <https://encurtador.com.br/DGIRS>.

SIMONSEN, M. H. Isaac Kerstenetzky: in memoriam. **Revista Brasileira de Economia**, v. 45, n. 3, 1991.

STIGLITZ, J.; FITOUSSI, J.; DURAND, M. **Beyond GDP**: measuring what counts for economic and social performance. Paris: OCDE, 2018. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/economics/beyond-gdp_9789264307292-en.

UN – UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. **System of National Accounts 2008**. New York: UN, 2010.

